

Militantes históricos do PT contestam intervenção

O PT/DF enviou ontem dois recursos ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores reivindicando a revisão da decisão da Executiva Nacional de anular os resultados das convenções zonais e regional realizadas há 15 dias. O texto dos documentos afirma que a atuação da Comissão de Verificação das denúncias de irregularidades nestes encontros da agremiação foi "tendenciosa" e "movida por motivos políticos" e que não houve quebra dos princípios do estatuto e do regimento interno do partido, justificativas alegadas para a intervenção ocorrida no diretório regional.

Faz parte da documentação abaixo-assinado em que constam nomes de mais de 30 militantes do partido com mais de dez anos de luta em Brasília e um texto onde o membro da executiva regional Francisco de Assis Sabino Dantas, o Chico Floresta, rebate cada uma

das acusações levantadas pela Comissão de Verificação da cúpula nacional. Os recursos deverão ser julgados pelo Diretório Nacional do PT na sua reunião de hoje à noite, ou, no máximo, no seu encontro de amanhã.

Irregularidades

De acordo com a Comissão de Verificação — formada pelo deputado José Genoíno Neto (SP), César Alvarez, João Machado e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh — as irregularidades encontradas foram: falta de **quorum** mínimo para a realização da convenção regional; convocação das convenções zonais com prazo inferior a 30 dias, e ocorrência de incidentes internos comprometedores da democracia interna, através da filiação de pessoas à última hora, para beneficiar o grupo do atual presidente regional da agremiação, Orlando Cariello.

Segundo os recursos, entretan-

to, "nenhum dos argumentos procede". O **quorum** mínimo foi alcançado tanto nas convenções zonais como na regional e seria prova-ofício do Tribunal Regional (TRE) atestando isto. Quanto ao prazo de 30 dias para a convocação dos eventos, o documento afirma que houve o cumprimento dos prazos eleitorais, situação que não foi levada em consideração.

Em relação aos "fatos comprometedores da democracia interna", o recurso afirma que são feitas declarações "genéricas e sem fontes", mas dada a sua gravidade, deveriam ser examinadas pela Comissão de Ética do PT. A anulação dos resultados das convenções é considerada "uma cortina de fumaça" para esconder as decisões políticas que levaram o fato: a imposição da realização de uma coligação para a disputa das eleições de 3 de outubro com o PDT e/ou PSDB, rejeitada no DF.